

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA



8

Atena
Editora
Ano 2021

Luis Henrique Almeida Castro
(Organizador)

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA



8

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacão do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 8

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 8 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-675-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.758210411>

1. Ciências da saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra “Ciências da saúde: pluralidade dos aspectos que interferem na saúde humana 6” traz ao leitor 65 artigos de ordem técnica e científica elaborados por pesquisadores de todo o Brasil; são produções que em sua maioria englobam revisões sistemáticas, revisões de escopo, relatos de casos clínicos, investigações epidemiológicas, e estudos de caracterização de amostra.

Seguindo a primícia que o próprio título deste e-book sugere, os textos foram organizados em três volumes – cada qual representando um pilar da tríade da nova estrutura da educação em saúde: o modelo biopsicossocial. Segundo Mario Alfredo De Marco em seu artigo “Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente” (2006), esta abordagem “proporciona uma visão integral do ser e do adoecer que compreende as dimensões física, psicológica e social” e que “quando incorporada ao modelo de formação do médico coloca a necessidade de que o profissional, além do aprendizado e evolução das habilidades técnico-instrumentais, evolua também as capacidades relacionais que permitem o estabelecimento de um vínculo adequado e uma comunicação efetiva”.

Desta forma o primeiro volume, com 27 textos, é dedicado aos trabalhos que abordam os aspectos que interferem na saúde humana na esfera biológica; o segundo contém 17 artigos e traz investigações acerca dos aspectos psíquicos da saúde; e, em seu último volume a obra contempla 21 estudos focados na dinâmica social da saúde coletiva, especialmente no Brasil.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A DECISÃO CONSCIENTE DO PARTO: UMA REVISÃO DE LITERATURA


Juliana Alves Costa
Paulo Roberto Hernandez Júnior
Anna Carolina Varanda Frutuoso
Brenda Alves Fernandes
Juliana de Souza Rosa
Gabriel de Souza Rosa
Heloá Santos Faria da Silva
Pedro Henrique Varanda Soares Martins
Felipe Assis Lisita Alves
Michel Rodrigues Fassarella
Rossy Moreira Bastos Junior
Paula Pitta de Resende Côrtes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104111>

CAPÍTULO 2..... 11

A INTERPROFISSIONALIDADE NA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE MATERNO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PET SAÚDE


Aline Biondo Alcantara
Lilian Dias dos Santos Alves
Maria Eulália Baleotti
Andreia Sanches Garcia
Camila de Moraes Delchiaro
Emilena Fogaça Coelho de Souza
Vanessa Patrícia Fagundes
Luciana Gonçalves Carvalho
Fernanda Cenci Queiroz
Vinicius de Castilho
Carolina de Freitas Oliveira
Maria Victoria Marques Polo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104112>

CAPÍTULO 3..... 21

A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO PEDIÁTRICA POR PAIS E/OU RESPONSÁVEIS EM CRIANÇAS MATRICULADAS NA CRECHE NO MUNICÍPIO DE JANDAIA – GO

Dyenne Muryelly Pereira da Silva Amorim
Manoel Aguiar Neto Filho
Jacqueline da Silva Guimarães
Luciana Arantes Dantas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104113>

CAPÍTULO 4..... 32


ALEITAMENTO MATERNO: FATORES QUE INFLUENCIAM O DESMAME PRECOCE

Valéria Maria Carvalho Siqueira

Daltro Moreira Iori

Caroline Rodrigues de Almeida

Célia Maria Gomes Labegalini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104114>

CAPÍTULO 5..... 41

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ÀS GESTANTES COM DIAGNOSTICO DE CRESCIMENTO INTRAUTERINO RETARDADO (RCIU)

Tháís Campos Rodrigues

Elizabeth Stefane Silva Rodrigues

Rayra Vitória Lopes Coimbra

Maria Eduarda Pinto

Tayná Tifany Pereira Sabino

Bernadete de Lourdes Xavier Guimaraes

Maria Gabriela Lourenço


Isabela Ramos Simão

Karem Cristina Santos Silva

Polyana Torres Lanza

Letícia Talma Mendes

Tatiana Mendes de Ávila Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104115>

CAPÍTULO 6..... 54

AS CONSEQUÊNCIAS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA DETECÇÃO PRECOCE E EVOLUÇÃO DE CÂNCER: REVISÃO SISTEMÁTICA

Isabel Cristina Borges de Menezes

Yuri Borges Bitu de Freitas

Joaquim Ferreira Fernandes

Laura Feitoza Barbosa

Andressa Morgado Parreira

Ivair Antônio Freitas Guimarães Júnior

Cid de Lana Leão


Alaor Cabral de Melo Neto

João Pedro Carrijo Cunha Câmara

Mariana de Oliveira Andrade

Júlia Raquel Silva do Ó

Antonio Márcio Teodoro Cordeiro Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104116>


CAPÍTULO 7..... 64

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PAIS E CUIDADORES DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Martha Sabrina Barbosa Barreto

Ana Cecília Andrade Santana


Camila Andrade dos Santos
Carolina Matos dos Santos
Maria Morgana Contreira Costa
Natália dos Santos Souza
Verônica Maciel Reis
Lidiane Carine Lima Santos Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104117>

CAPÍTULO 8..... 74

CONDIÇÕES DE SAÚDE DE IDOSOS E CUIDADORES EM UMA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS


Beatriz Rodrigues de Souza Melo
Maria Angélica Andreotti Diniz
Karolina Helena Neri
Gustavo Carrijo Barbosa
Aline Russomano de Gouvêa
Aline Cristina Martins Gratão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104118>

CAPÍTULO 9..... 89

DIABETES MELLITUS E SUA RELAÇÃO COM O ESTILO DE VIDA DA PESSOA IDOSA


Júlia de Oliveira Sacchi
Isabela Jabra da Silva
João Pedro Mirandola Hervatin
Júlia Bettarello dos Santos
Laís Ribeiro Braga
Gabriela Carballo Menezes Mendonça
Murilo Gasparotto Peres
Rafael Augusto do Nascimento
Beatriz Pizzi de Santi
Domitila Natividade Figueiredo Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7582104119>

CAPÍTULO 10..... 95

DO PARTO DESEJADO AO REALIZADO: ASSISTÊNCIA AO PARTO EM MULHERES USUÁRIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Lara Parreira de Souza
Paula Carolina Bejo Walkers
Carla Patrícia Bejo Walkers


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041110>

CAPÍTULO 11..... 109

ENFERMEIRAS NA SAÚDE DA FAMÍLIA NO CEARÁ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Anelize Coelho de Azevedo
Thais Silva de Oliveira
Norma Valeria Dantas de Oliveira Souza
Patricia Lima Pereira Peres


Thereza Christina Mó y Mó Loureiro Varella
Karla Biancha Silva de Andrade
Eloá Carneiro Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041111>

CAPÍTULO 12..... 118

FATORES ENVOLVIDOS NA BAIXA ADEÇÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES AO ATENDIMENTO DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA


Rafael Nascimento da Silva
Afonso Pedro Guimarães Pinheiro
Anderson Rodrigues Ribeiro
Emilly Gabriele Prata de Abreu
Josiane Priscila Sales Rocha
Kelly Maria Rodrigues da Silva
Giovanni Paulo Ventura Costa
Camila Rodrigues Barbosa Nemer
Clodoaldo Tentes Cortes
Luzilena de Sousa Prudência
Nely Dayse Santos da Mata
Rubens Alex de Oliveira Menezes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041112>

CAPÍTULO 13..... 131

INCIDÊNCIA DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS EM ESTUDANTES DE CIÊNCIAS DA SAÚDE


Larissa de Araújo Freire Barrêto
Ana Jovina Barreto Bispo
Bárbara Fernanda Pacheco da Costa
Isabelle Araújo de Oliveira Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041113>

CAPÍTULO 14..... 144

INCIDÊNCIA E O PERFIL DE MULHERES UNIVERSITÁRIAS QUE FAZEM O USO DA PÍLULA CONTRACEPTIVA DE EMERGÊNCIA


Amanda Gabriela Covre
Francine Maery Dias Ferreira Romanichen

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041114>

CAPÍTULO 15..... 153

O IMPACTO DO PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL NO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA NA TERCEIRA IDADE


Deoclecio Rocco Gruppi
Marina Magatão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041115>

CAPÍTULO 16..... 163

OFICINAS DE COOPERAÇÃO HORIZONTAL COMO ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM DE EQUIPES DE SAÚDE DE MACEIÓ PARA A REORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO


Ednalva Maria de Araújo Silva
Joice Fragoso Oliveira de Araujo
Cristina Maria Vieira da Rocha
Araci Lessa Sotero Silvestre
Maria José Cardoso da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041116>

CAPÍTULO 17..... 171

PERCEÇÃO DOS ENFERMEIROS SOBRE O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE PETROLINA-PE


Cícera Áurea Fontes Vilela
Marianne Louise Marinho Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041117>

CAPÍTULO 18..... 185

PROPOSTA DE PROTOCOLO INTERDISCIPLINAR PARA PREVENÇÃO ÀS LESÕES DE PELE EM IDOSOS INTERNADOS EM UNIDADE HOSPITALAR


Alessandra Rodrigues Martins
Clóris Regina Blanski Grden
Jacy Aurélia Vieira Sousa
Márcia Daniele Seima
Pollyanna Kássia de Oliveira Borges

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041118>

CAPÍTULO 19..... 203

REDE ESPECIALIZADA DE ATENÇÃO À PESSOA COM DIABETES MELLITUS EM CIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Raquel Rangel Cesario
Fernando César Padula Silva
Isabela Ewbank Barbosa
Luciano Roberto Bessa Filho


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041119>

CAPÍTULO 20..... 212

SABERES E CUIDADOS DE SAÚDE E A PASTORAL DA CRIANÇA: SUBSÍDIOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA

Célia Maria Gomes Labegalini
Roberta Tognollo Borotta Uema
Marcela Fernandes Travagim
Heloá Costa Borim Christinelli
Dandara Novakowski Spigolon
Kely Paviani Stevanato
Barbara Andreo dos Santos Liberati


Maria Antônia Ramos Costa
Iara Sescon Nogueira
Pâmela Patrícia Mariano
Ieda Harumi Higarashi
Vanessa Denardi Antoniassi Baldissera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041120>

CAPÍTULO 21..... 226

**SAÚDE DIGESTIVA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: A PREVALÊNCIA DA OBESIDADE
E A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

Arthur Ribeiro Coutinho da Franca Pereira
Deborah Cristina Nascimento de Oliveira
Eduardo Antonio Montenegro Cabral
Eduardo Henrique da Franca Pereira
Iasmin Pordeus Coura Urtiga
João Victor Fernandes de Paiva
Livia Maria Pordeus Coura Urtiga
Maria Eduarda Ribeiro Coutinho da Franca Pereira
Rodrigo Baracuhy da Franca Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.75821041121>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 231

ÍNDICE REMISSIVO..... 232

CAPÍTULO 3

A PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO PEDIÁTRICA POR PAIS E/OU RESPONSÁVEIS EM CRIANÇAS MATRICULADAS NA CRECHE NO MUNICÍPIO DE JANDAIA – GO

Data de aceite: 01/11/2021

Data da submissão: 28/07/2021

Dyenne Muryelly Pereira da Silva Amorim

Faculdade de Farmácia Unibras – Campus Rio Verde – GO, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-3470-0174>

Manoel Aguiar Neto Filho

Faculdade de Farmácia Unibras – Campus Rio Verde – GO, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-3545-8746>

Jacqueline da Silva Guimarães

Faculdade de Farmácia Unibras – Campus Rio Verde – GO, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-0993-1114>

Luciana Arantes Dantas

Faculdade de Farmácia Unibras – Campus Rio Verde – GO, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0001-8138-4824>

RESUMO: A automedicação infantil infelizmente é uma prática comum e de alto risco realizado entre os pais ou responsáveis por crianças, pois podem desencadear processos toxicológicos ao público infantil. Diante da importância deste cenário, este estudo cujo objetivo foi analisar os principais fármacos administrados, sobre o conhecimento, motivo e das justificativas dos pais ou responsáveis em relação à automedicação em crianças matriculadas na Creche Lar Sagrada Família no município de Jandaia – GO. A pesquisa realizada foi de âmbito bibliográfica e de campo,

com abordagem hipotética dedutiva. Para a realização da pesquisa, foram entrevistados de forma voluntária e aleatória, os responsáveis ou tutores pelas crianças matriculadas da creche em estudo, cuja faixa etária entre 0-5 anos. Participaram dessa pesquisa, 184 voluntários tutores que responderam ao questionário, com abordagem determinada pelos parâmetros éticos exigidos segundo a Resolução 466/2012 artigo V e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Os resultados mostraram que a maioria dos pais e responsáveis realizam a automedicação com a justificativa de aliviar o desconforto das crianças, e que buscam primeiramente as medicações que possuem em casa ou adquirem no comércio farmacêutico. Os medicamentos mais utilizados nessa prática são, os analgésicos e antipiréticos, sendo a maior causa, a febre. Conclui-se que há necessidade no desenvolvimento e implementação de estratégias educativas a respeito deste tema, buscando ligar a causa, efeito e solução, junto às famílias conscientizando e orientando sobre automedicação em crianças para evitar ou minimizar seu risco sobre processos os processos de intoxicação medicamentosa.

PALAVRAS - CHAVE: Infância. Medicamentos. Pediatria. Automedicação.

THE PRACTICE OF PEDIATRIC SELF-MEDICATION BY PARENTS AND/OR GUARDIANS IN CHILDREN ENROLLED IN DAYCARE IN THE CITY OF JANDAIA – GO

ABSTRACT: Child self-medication is unfortunately a common and high-risk practice carried out by parents or guardians of children,

as they can trigger toxicological processes in children. Given the importance of this scenario, this study whose objective was to analyze the main drugs administered, on the knowledge, motive and justifications of parents or guardians in relation to self-medication in children enrolled in Creche Lar Sagrada Familia in the municipality of Jandaia - GO. The research carried out was of bibliographic scope and field, with hypothetical deductive approach. To carry out the research, those responsible or guardians for the children enrolled in the daycare center under study, whose age range between 0-5 years old, were interviewed voluntarily and randomly. 184 volunteer tutors participated in this research, who answered the questionnaire, with an approach determined by the ethical parameters required according to Resolution 466/2012 article V and 510/2016 of the National Health Council. The results showed that most parents and guardians carry out self-medication with the justification of relieving the discomfort of children, and who first seek the medications they have at home or acquire in the pharmaceutical trade. The most used drugs in this practice are analgesics and antipyretics, the biggest cause being some feverish process. We conclude that there is a need in the development and implementation of educational strategies on this topic, seeking to link the cause, effect, and solution, together with families raising awareness and guiding self-medication in children to avoid or minimize their risk of drug poisoning processes.

KEYWORDS: Childhood. Medicines. Pediatrics. Self-medication.

1 | INTRODUÇÃO

A automedicação trata-se da utilização de fármacos sem prescrição, com intensão de aliviar os sintomas provenientes de algum processo patológico, bem como, tratar ou promover a manutenção da saúde. Muitas das vezes, na ânsia de aliviar os sintomas, os fármacos são utilizados de forma inadequada, e em consequência disso, pode desencadear diversos problemas relacionados ao uso indiscriminado e incorreto. São vários exemplos desse mau uso, como a utilização de antibióticos em quadros virais, dos fármacos sem procedência comprovada, da super ou sub dosagem, dos intervalos de administração e tempo de uso dos alopáticos (BELO & GOMES, 2017).

Os responsáveis ou tutores pelas crianças têm realizado a automedicação na tentativa de alívio de diversos sintomas, principalmente em casos de cefaleia, resfriado e da dor, recorrendo à famosa “farmacinha domiciliar”, que quase sempre contém analgésicos, antigripais e anti-inflamatórios (MOURA, 2014; BELO & GOMES, 2017).

Estas farmácias domiciliares são frequentemente depositadas em ambientes e recipientes inadequados, e em muitos dos casos comprometendo a estabilidade e segurança do formulado farmacêutico. Além disso, podem estimular o uso irracional, bem como, o aumento do risco de exposições toxicológicas, principalmente em crianças. Outro aspecto a ser destacada na autoadministração de fármacos em crianças, é a utilização abusiva de embalagens atraentes, medicamentos coloridos e adocicados, com sabor de frutas e formatos de bichinhos, com isso, colaborando com o aumento das taxas de intoxicação acidental (TELLES FILHOS & PEREIRA JUNIOR, 2013).

As crianças são as que mais sofrem com intoxicações medicamentosas pela prática da automedicação exercida pelos pais e/ou responsáveis, seja pela diferença corporal existente entre as crianças e os adultos, ou pelo erro na escolha do medicamento. O farmacêutico é o profissional mais habilitado para detectar tais costumes, e possui respaldo suficiente para tal situação, assim, a atenção farmacêutica contribuirá para se alcançar bons resultados na terapêutica (ESQUIVI et al., 2020).

Dados do sistema nacional de informações tóxico-farmacológicas (SINITOX) mostram elevados números de casos de intoxicação em crianças com elevadas taxas reportadas a cada ano, em que, as crianças menores de cinco anos se destacam em um quantitativo de vítimas igual a 35% dos casos (BRASIL, 2020).

Diante dessa problemática, tornou-se relevante a avaliação desta prática tão comum na sociedade brasileira. Desta forma, este estudo buscou destacar os problemas e riscos relacionados à automedicação pediátrica e a importância dos cuidados farmacêuticos (MOURA, 2014; BELO & GOMES, 2017). O principal objetivo deste estudo foi analisar quais os fármacos mais utilizados na automedicação das crianças matriculadas na creche Lar Sagrada Família no município de Jandaia – GO, Brasil (JANDAIA, 2020). Além de detectar a frequência, motivos e justificativas desta prática que pode ocasionar o surgimento de inúmeros malefícios ou colocar em risco a saúde das crianças pelo princípio de intoxicação.

2 | MATERIAL E MÉTODOS:

A pesquisa foi realizada através do método bibliográfico de campo, com abordagem hipotética dedutiva. Para o levantamento bibliográfico, foram utilizados como referência artigos científicos publicados nas principais bases de dados SciELO, PubMed, Google Acadêmico e Web of Science; bem como, livros e legislações pertinentes ao âmbito farmacêutico. O período de seleção dos estudos foi entre 2010-2020, e a pesquisa de campo foi realizada no mês de novembro de 2020 em uma creche no município de Jandaia – GO, Brasil.

A pesquisa de campo foi conduzida conforme padrões éticos exigidos, cuja submissão e aprovação do projeto foram conformes às normativas do Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEPH) da Universidade Rio Verde – UniRV com o seguinte registro: CAAE: 39019420.5.0000.5077. Os responsáveis e/ou familiares foram convidados a participarem voluntariamente da pesquisa no momento que adentraram ao espaço físico da creche para a realização da pré-matricula das crianças.

Foram analisados quesitos delineados em dados pessoais e ocupacionais, perfil socioeconômico, percepção de iniciativa da automedicação e principais classes medicamentosas acometidas. Para melhor abordagem, foram considerados os seguintes critérios na pesquisa:

***Critérios de inclusão:** aos cuidadores/familiares de crianças entre 0-5 anos. A

manifestação através do questionário sobre a prática de automedicação, e serem maiores de 18 anos de idade.

***Critérios de exclusão:** aos familiares que não cuidam diretamente das crianças e menores de 18 anos.

3 | RESULTADOS

Diante do total de crianças matriculadas na creche, somente 184 responsáveis concordaram em participar da pesquisa voluntária. Desse total, foi possível constatar que a faixa etária entre 4-5 anos possui o maior número de alunos matriculados (33%), seguido por alunos entre 2-3 anos (24%), 3-4 anos (20%), 1-2 anos (15%) e em menor quantidade de crianças na faixa etária entre 4-12 meses (8%) (Figura 1.A).

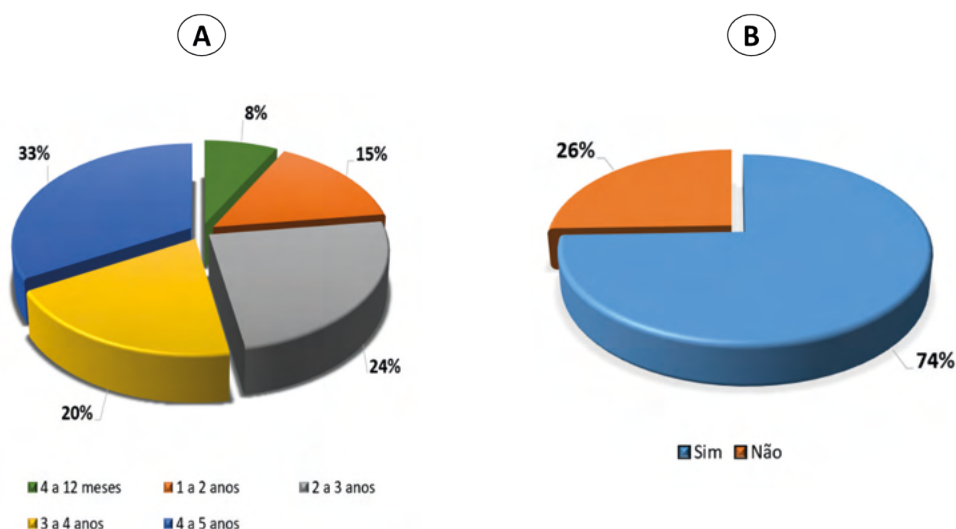


Figura 1. Faixa etária das crianças acompanhadas por seus responsáveis adultos (A). Relato dos responsáveis que possuem conhecimento sobre os riscos da automedicação (B). Fonte: Dados da pesquisa (2020).

No momento em que os responsáveis foram questionados sobre o conhecimento dos riscos eminentes sobre a automedicação pediátrica, observou-se que 74% dos responsáveis são conscientes quanto ao risco proeminente do ato cometido (Figura 1.B). Quanto ao gênero dos responsáveis que acompanham as crianças observou-se uma peculiaridade, pois 54% dos responsáveis pelos alunos são do sexo masculino, enquanto apenas 46% são do sexo feminino (Figura 2.A).

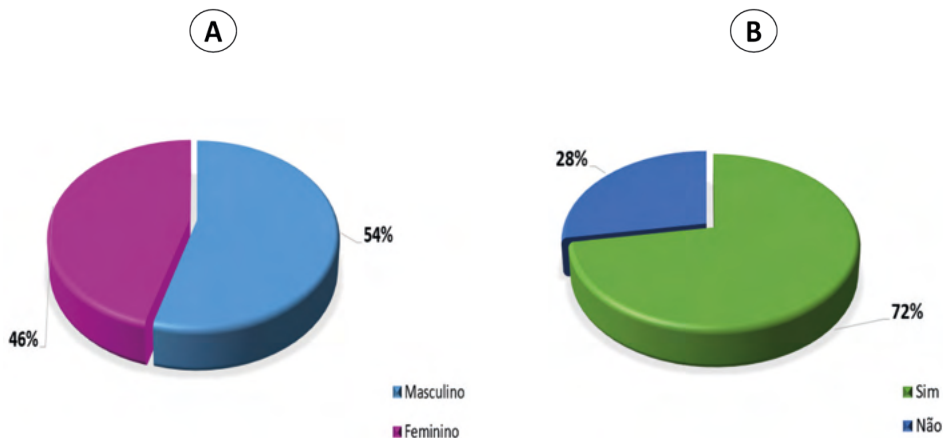


Figura 2. Gênero (sexo) dos responsáveis pelas crianças (A). Responsáveis que já realizaram a automedicação nas crianças (B). Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A maioria dos entrevistados alegam ainda que, esta prática da automedicação onde utilizam os remédios que já possuem em casa ou que, adquiriram em uma farmácia de referência. Um total de 72% dos responsáveis, afirmaram ter realizado em algum momento a automedicação em suas crianças (Figura 2.B).

Observando a frequência da prática da automedicação realizada pelos responsáveis, é possível afirmar que, há variações quanto a prática (Figura 3.A). Segundo os entrevistados, 4% frequentemente apresentaram realizar a automedicação, ou sempre utilizam. Os medicamentos mais utilizados em ordem de maior utilização segundo dados levantados foram: analgésicos (50%), antipiréticos (46%), antialérgicos (26%), anti-inflamatórios (19%), antibióticos (19%), antieméticos (14%), broncodilatadores (13%), dentre outros, conforme se observa na (Figura 3.B).

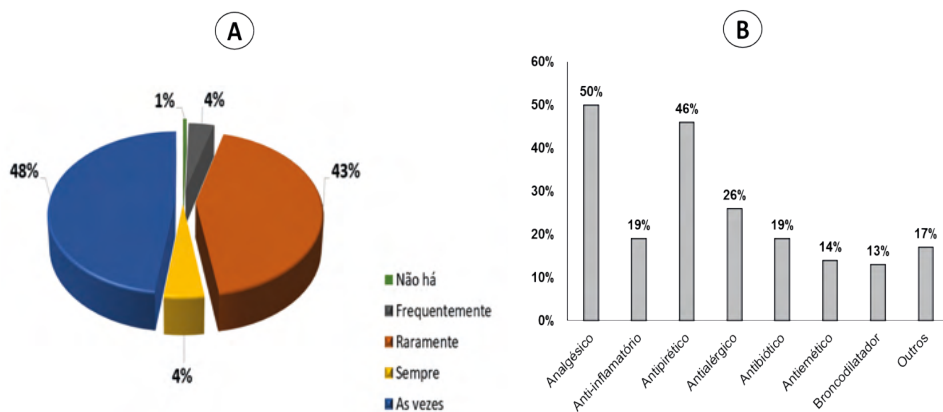


Figura 3. Frequência da prática da automedicação realizada pelos responsáveis das crianças (A). Classes medicamentosas mais utilizadas pelos responsáveis para a automedicação nas crianças (B). Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Avaliando sobre o uso de medicamentos sem prescrição médica constatou-se que 38% utilizam antibióticos ou anti-inflamatórios sem a prescrição com receituário médico de controle interno, e 62% dos entrevistados não utilizam sem prescrição (Figura 4.A). As principais causas que levaram ao uso da automedicação pediátrica (Figura 4.B) pelos responsáveis nesta pesquisa foram: dor (0,4%), febre (37%), amigdalite (10,9%), diarreia (2,5%), gripe/resfriado (21,41%), tosse (11,62%) e ferimento (0,3%).

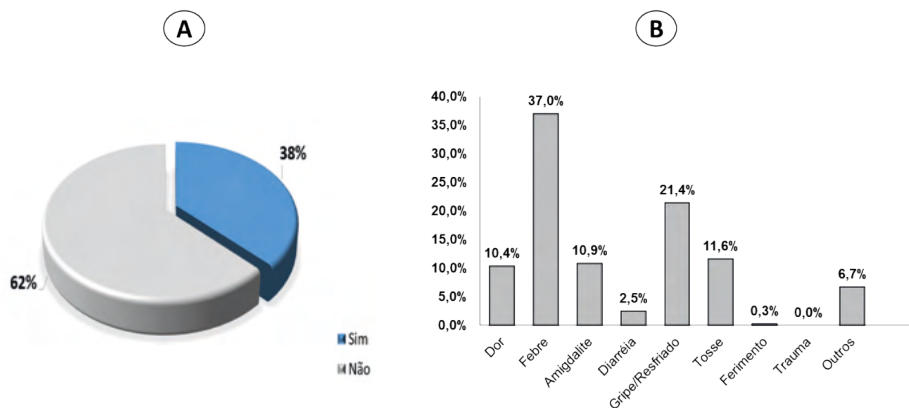


Figura 4. Utilização de antibiótico ou anti-inflamatório sem prescrição pelos responsáveis das crianças (A). Principais sintomas que levaram os responsáveis a automedicação das crianças (B). Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os entrevistados que realizam a automedicação relataram que, nenhum dos eventuais efeitos adversos foram observados a ponto de procurarem uma unidade de saúde mais próxima. A maioria dos indivíduos que fazem a automedicação são pessoas que tem outros filhos, pois estão acostumados na automedicação. Apenas 2% dos responsáveis, declararam terem ocorrido reações adversas (Figura 5.A). Avaliando o grau de escolaridade neste estudo, observou-se que a maioria possui apenas o ensino médio 37%, enquanto a minoria possui grau de instrução superior incompleta com 7% (Figura 5.B).

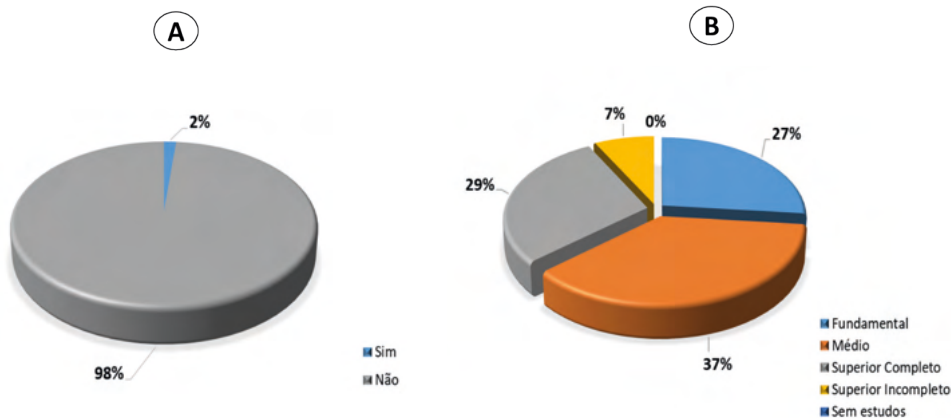


Figura 5. Reações adversas observadas após utilização do medicamento sem prescrição médica (A). Grau de escolaridade dos entrevistados (B). Fonte: Dados da pesquisa (2020).

4 | DISCUSSÃO

Segundo a Estratégia de Saúde da Família (ESF) do interior do Estado de Minas Gerais (TELES FILHO & PEREIRA JÚNIOR, 2017), em seu estudo obtiveram maior número de crianças que estavam matriculadas na faixa entre 2-3 anos, como neste estudo. Em ambos os estudos, os tutores relataram que em algum momento as crianças são automedicadas, o que torna preocupante, pois independentemente da idade, esta prática da automedicação pode ser errônea.

Tanto no estudo de Beckhauser et al. (2010) quanto neste levantamento, cerca de 75% dos entrevistados, praticam a automedicação. A possível justificativa dessa prevalência seja devido à dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, que em situações de urgência, levam às pessoas a buscarem outros meios de acesso à medicação para o alívio dos sintomas infecciosos em que seus familiares foram acometidos.

Diferentemente do esperado, o alto índice de responsáveis serem do sexo masculino, não descarta a participação materna em relação aos cuidados parentais. Segundo dados de Urbano et al. (2010) as mães representam 65% das responsabilidades pela automedicação das crianças, pois a maioria dos cuidados são realizadas com frequência por elas. Da mesma forma, no estudo de Beckhauser et al. (2010) realizado no município de Tubarão-SC, os pesquisadores avaliaram sobre a automedicação em crianças, e observaram que a maioria dos responsáveis eram do sexo feminino com 82%, ainda, com 10% composto por avós e 8% eram cuidados pelos pais.

Resultado semelhante deste estudo foi observado por Cella & Almeida (2012) onde cerca de 75% dos responsáveis praticavam automedicação. Belo, & Gomes (2017) em seu estudo, apresentaram resultados similares, pois observaram que 64% dos entrevistados confirmaram em relato de caso, realizarem a automedicação em algum momento.

Silva et al. (2018) corroboram com a afirmação de que a automedicação ocorre quando a criança se queixa de algum sintoma patológico ou doloroso, e o responsável por sua vez decide buscar alívio desses sintomas. Os responsáveis utilizam o medicamento sem a consulta de um profissional de saúde ou por já terem utilizado a medicação anteriormente, recorrendo também pela indicação de amigos, familiares, ou ainda pela dificuldade de acesso à saúde pública.

Embora a maioria responda que às vezes realizam a automedicação ou raramente, nota-se que, a frequência existe, o que torna a automedicação infantil um problema sério e grave de saúde pública e ainda, altamente complexo, sendo a causa mais frequente de intoxicação registrada no Brasil (SILVA et al., 2018)

Em relação aos medicamentos utilizados, a maioria dos pais e responsáveis que automedicam as crianças utilizam os medicamentos que já possuem em casa. Em algum momento, eles levaram as crianças ao hospital ou posto de saúde quando apresentavam sintomas de alguma enfermidade, e quando os sintomas reapareceram nas crianças não faziam o retorno à unidade de pronto atendimento de saúde para novas orientações médicas. Com isso, seguindo com o mesmo tratamento, podendo estar cometendo o ato de negligência médica quanto aos cuidados de saúde.

Resultados encontrados (BELO & GOMES, 2017) descrevem que, os medicamentos mais utilizados são os analgésicos (paracetamol e ibuprofeno), seguidos de antitussígenos/ mucolíticos, antieméticos e antidiarreicos, respectivamente. Em outro estudo (TELES FILHO & PEREIRA JÚNIOR, 2017) os resultados são similares, observando que 54% das automedicações foram utilizando a dipirona, seguido pelo paracetamol, ou seja, a maior frequência na utilização se deve aos analgésicos, seguidos por xaropes com 22%, antibióticos com 10%, dentre outros.

Cella e Almeida (2012) descrevem que os medicamentos mais utilizados em crianças na cidade de Florianópolis – SC, primeiramente são os antibióticos, seguidos pelos anti-inflamatórios e analgésicos, sendo o paracetamol e a dipirona os mais utilizados. Segundo Castilho, Nascimento e Grassi (2016) afirmam que há sim o uso abusivo de fármacos das classes dos antibióticos, analgésicos e antitérmicos.

Silva et al. (2018) ressaltam que, a automedicação gera riscos devido aos efeitos adversos, e o uso incorreto, pode ocasionar efeitos colaterais como por exemplo, o Paracetamol, classificado como uma droga segura, no entanto, apresenta hepatotoxicidade em dose-dependente, assim como os fitoterápicos.

Polungatti et al. (2014) acrescenta que o paracetamol e a dipirona são, analgésicos e antipiréticos para o uso pediátrico em dose recomendada, mas seu uso crônico e abusivo, pode levar a hepatotoxicidade pelo paracetamol e redução das células sanguíneas de defesa pela dipirona. Cella e Almeida (2012) ressaltam que, a automedicação pediátrica é uma das causas no elevado número de intoxicações pediátricas, e que se trata de um ato decorrente da irresponsabilidade dos pais, sendo as principais vítimas as crianças menores

de 1 ano.

Quanto a utilização de antibióticos ou anti-inflamatórios sem prescrição, uma justificativa plausível seria devida os responsáveis estarem acostumados com os sintomas e com os medicamentos, ou já possuem em casa, utilizando orientações anteriores, e em outros casos buscam orientação com farmacêutico, familiares e/ou amigos. Corroborando com as causas encontradas da automedicação pediátrica, os mesmos autores (BECKHAUSER, 2010; TELES FILHO; PEREIRA JUNIOR, 2017). observaram que na prática da automedicação pediátrica são devido à febre. Isso demonstra que a febre é a principal causa que levam a automedicação em crianças.

O nível de escolaridade da maioria dos responsáveis que praticam automedicação pode estar relacionado ao grau de compreensão das prescrições, bulas e pesquisa na internet sobre indicações, dando mais segurança para realizarem tal prática (LIMA et al. 2019). Por outro lado, Beckhauser et al. (2010) ressaltam que o grau de escolaridade dos responsáveis não possui interferência significativa no ato de automedicação pediátrica, sendo que independente do grau de instrução, ocorre a automedicação pediátrica.

De acordo com o estatuto da criança e do adolescente, para os efeitos da Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990: é considerada criança a pessoa possuir até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 2008). Nessa faixa etária, são pessoas dependentes de cuidados como higiene, alimentação e conseqüentemente na administração de medicamentos. Por isso, alertamos que a prática da automedicação é de inteira responsabilidade dos pais e responsáveis pelas crianças, sendo necessária a conscientização da grande maioria dos cuidadores, ressaltando o uso racional de medicamentos principalmente nessa faixa etária, incentivando-os a busca por profissionais de saúde credenciados.

Os resultados abordados neste estudo demonstram que o perfil dos responsáveis pelas crianças matriculadas na creche no município de Jandaia, Goiás, Brasil, manifestam atitudes similares dos demais cuidadores, e buscando solucionar a melhora nos sintomas apresentados pelas crianças, os responsáveis realizam a automedicação assumindo os riscos envolvidos e possíveis reações adversas. Apesar do índice de reações adversas descritas pelos entrevistados serem baixas, o hábito de realizar a automedicação em crianças, seja por costume, comodidade, ou por buscarem solucionar o desconforto das crianças, traz riscos à saúde.

Ressaltamos a necessidade de mais estudos detalhados sobre medicamentos destinados na pediatria, a fim de suprir a deficiência existente no investimento em pesquisa e inovação de formulações pediátricas, diminuindo os riscos de utilização errônea sobre a dose ou uma possível intoxicação. Esta abordagem demonstra a necessidade de se desenvolver junto às famílias, orientações para que seja evitada a automedicação minimizando assim o risco toxicológico. Sendo assim, faz-se necessário à implementação de estratégias educativas, com o objetivo de conscientizar os pais e/ou responsáveis, sobre os problemas oriundos da automedicação, garantindo assim, a segurança das crianças.

REFERÊNCIAS

BELO, N.; MAIO, P.; GOMES, S. **Automedicação em idade pediátrica**. *Nascer e Crescer*, v.26, n. 4, p. 234-239, 2017. <https://revistas.rcaap.pt/nascercrescer/article/view/10489/10395>

BECKHAUSER, G. C.; SOUZA, J. M.; VALGAS, C.; PIOVEZAN, A. P.; GALATO, D. **Utilização de medicamentos na Pediatria: a prática de automedicação em crianças por seus responsáveis**. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 28, n. 3, p. 262-268, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-05822010000300002>

BRASIL – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX), FIOCRUZ [acesso em: 02 dez 2020]. Disponível em: sinitox.icict.fiocruz.br.

BRASIL. (2008). Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF [acesso em: 20 mar. de 2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

CASTILHO, G. B.; NASCIMENTO, R.; GRASSI, L. T. Os desafios da atenção farmacêutica na pediatria. *Revista Saberes da FAPAN*, v. 3, n. 1, p. 26-38, 2016. <https://fapan.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2018/04/ed4/4.pdf>

CELLA, E.; ALMEIDA, R. B. **Automedicação: enfoque pediátrico**. *Revista de Saúde Pública de Santa Catarina*, v. 5, n. 1, p. 72-86, 2012. <https://www.semanticscholar.org/paper/Automedica%C3%A7%C3%A3o%3A-Enfoque-Pedi%C3%A1trico-Cella-Almeida/ac1641d56492e59f7786dc8c524114eef36256f4>

ESQUIVI, E.; CÉSAR, L. D. S.; MARION, É. F.; BRAGA, F. A. B.; JULIO, G. C. **Uso de Medicamentos na Pediatria: Riscos e cuidados farmacêuticos**. Portal da Educação – UNIRP, São José do Rio Preto, SP, 2020 [acesso em: 30 jun. 2020]. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/uso-de-medicamentos-na-pediatria-riscos-e-cuidados-farmaceuticos/27352>

FILHO, P. C. P. T.; JÚNIOR, A. C. P. **Automedicação em crianças de zero a cinco anos: fármacos administrados, conhecimentos, motivos e justificativas**. *Escola Anna Nery*, v. 17, n. 2, p. 291-297, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452013000200013>

JANDAIA, **Prefeitura Municipal de Jandaia-GO**. Disponível em: <https://www.jandaia.go.gov.br/>

LIMA, M. F. P.; LIA, D. B. S.; OLIVEIRA, F. B.; OLIVEIRA, C. C.; MACÊDO, M. A.; PEREIRA, T. K. A. A prática da automedicação em criança por pais e responsáveis. *HOLOS*, v. 35, n. 5, p. 1-13, 2019. <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/5120/pdf>

MOURA, E. F. **Automedicação da dor pediátrica por responsáveis** [manuscrito]: um olhar do enfermeiro [trabalho de conclusão de curso]. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde 16 p. 2014.

PROLUNGATTI, C. N. O uso de fármacos analgésicos e anti-inflamatórios prévio ao atendimento em pronto socorro infantil. *Revista Dor*, v. 15, n. 2, p. 96-99, 2014. <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20140028>

SILVA, J. G.; GOMES, G. C.; COSTA, A. R.; JULIANO, L. F.; ARUDA, C. P.; CARVALHO, L. N. **A prática da automedicação em crianças por seus pais: atuação da enfermagem.** Revista de Enfermagem da UFPE On Line, v. 12, n. 6, p. 1570-1577, 2018. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/230779/29184#:~:text=Conclus%C3%A3o%3A%20a%20automedica%C3%A7%C3%A3o%20da%20crian%C3%A7a,uso%20ou%20minimizar%20seu%20risco.>

URBANO, A. Z. R.; ALMEIDA, A. C.; HENRIQUE, M. P.; SANTOS, V. G. **Automedicação infantil: o uso indiscriminado de medicamentos nas cidades de Santos e São Vicente.** Revista Ceciliana, v. 2, n. 2, p. 6-8, 2010. https://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_04/2-2010-6-8.pdf

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adesão 7, 84, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 126, 129, 137, 139, 173, 176, 180, 181, 198, 206

Aleitamento materno 5, 16, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 213, 214, 217, 220

Atenção Básica 8, 8, 12, 39, 47, 116, 163, 173, 209, 210, 212, 214, 215, 224

Atividade física 79, 82, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 203, 229, 230

Automedicação Pediátrica 4, 21, 23, 24, 26, 28, 29

C

Câncer 5, 35, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 91, 112, 116, 159

Caxumba 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140

Cesárea 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108

Ciências da saúde 1, 3, 7, 17, 131, 137, 138

Coqueluche 131, 134, 135, 139

COVID-19 5, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 157, 158, 159, 161, 162, 201, 202, 226, 227, 228, 230

Crianças 4, 5, 12, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 37, 38, 39, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 112, 139, 141, 171, 173, 176, 178, 179, 183, 213, 214, 216, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 230

Crianças com necessidades especiais 5, 64, 67, 70, 71

Cuidador 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 195, 197

D

Desmame precoce 5, 32, 33, 36, 39, 40

Diabetes mellitus 6, 8, 89, 90, 94, 203, 204, 205, 210, 211, 216, 227

E

Estilo de vida 6, 72, 77, 89, 114, 154, 157, 159, 160, 203, 205, 228, 230

H

Hepatite A 134, 135, 136, 138

Hepatite B 18, 113, 134, 135, 136, 137, 138

I

Idosos 6, 8, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 94, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 185, 186, 189, 200, 201, 213, 230

Instituição de longa permanência 88

Isolamento social 54, 75, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 228, 229

L

Lesões de pele 8, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 198, 200, 201

M

Meningite 131, 134, 136, 139, 140, 143

O

Obesidade 9, 33, 35, 38, 94, 168, 183, 205, 226, 227, 228, 229, 230

P

Pandemia 5, 9, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 111, 114, 154, 157, 158, 159, 226, 228, 230

Parto 4, 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 35, 46, 47, 48, 49, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 218, 221

Parto humanizado 10, 95, 97, 100, 103, 106, 107, 108

Parto normal 3, 5, 6, 8, 9, 10, 106, 108

Pastoral da criança 8, 212, 215, 217, 223

Promoção da saúde 4, 3, 11, 116, 122, 123, 130, 172, 201, 208

Q

Qualidade de vida 5, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 90, 112, 153, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 172, 183, 186, 198, 211, 212, 214, 219, 224

R

Rubéola 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140

S

SARS-CoV-2 55, 56, 57, 59, 60, 227

Saúde da família 6, 18, 39, 109, 110, 111, 175, 197, 210, 225

Saúde digestiva 9, 226, 228

Saúde Materno Infantil 4, 11, 12, 15, 18

Saúde sexual 7, 106, 111, 112, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130

Sistema Único de Saúde 6, 4, 11, 12, 13, 14, 20, 95, 106, 123, 140, 169, 181, 203, 206

U

Unidade Hospitalar 8, 185





V

Vacinação 113, 131, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 217

Varicela 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

CIÊNCIAS DA SAÚDE:




PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

8

CIÊNCIAS DA SAÚDE:

PLURALIDADE DOS
ASPECTOS QUE
INTERFEREM NA
SAÚDE HUMANA

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

8


Ano 2021